

SÚMULAS DA JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em julgamento realizado na Sessão Plenária do dia 27 de abril de 1994, presentes os Excelentíssimos Senhores Juizes OSVALDO ALVAREZ, FÁBIO BITTENCOURT DA ROSA, ELLEN GRACIE NORTHFLEET, ARI PARGENDLER, VOLKNER DE CASTILHO, TEORI ALBINO ZAVASCKI, LUIZA DIAS CASSALES, JARDIM DE CAMARGO, RONALDO PONZI e TÂNIA ESCOBAR, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Juiz GILSON DIPP, aprovou, por unanimidade de votos, os enunciados das Súmulas nºs. 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28 e 29, que serão publicados no Diário da Justiça da União, Seção II, por 3 (três) vezes, em datas próximas e nos Boletins da Justiça Federal das Seções Judiciárias dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, na forma prevista no art. 197 do A. R. nº 62, com o seguinte teor:

Súmula nº 22

"São inconstitucionais as alterações introduzidas no Programa de Integração Social (PIS) pelos Decretos-Leis 2445/88 e 2449/88."

Precedentes:

AMS 91.04.09198-1/RS, DJ 13.10.93, 1ª Turma, Rel. Juiz Palm Falcão
AMS 92.04.06478-1/RS, DJ 23.03.94, 1ª Turma, Rel. Juiz Ari Pargendler
AMS 92.04.25340-0/RS, DJ 09.03.93., 2ª Turma, Rel. Juíza Luíza Cassales
AMS 93.04.13325-4/RS, DJ 23.03.94, 3ª Turma, Rel. Juiz Fábio-Bittencourt da Rosa
AMS 92.04.01300-1/RS, DJU 02.03.94, 3ª Turma, Rel. Juiz Volkner de Castilho
AMS 93.04.06354-0/PR, DJ 23.03.94, 3ª Turma, Rel. Juiz Ronaldo Ponzi

Referência legislativas Del 2445/88 e Del 2449/88